



Uma reflexão sobre as raízes teóricas do preconceito linguístico: a centralidade da Morfologia Flexional e o Excepcionalismo Linguístico

A reflection on the theoretical roots of linguistic prejudice: the emphasis on Inflectional Morphology and the Linguistic Exceptionalism

Wellington Santos da SILVA*

RESUMO: O objetivo deste artigo é debater algumas das raízes teóricas do preconceito linguístico. Em nossa concepção, muitos dos discursos discriminatórios acerca das normas populares do português brasileiro são motivados por uma visão de língua construída no século XIX, na qual a morfologia flexional era considerada o ápice do desenvolvimento linguístico, fazendo com que línguas caracterizadas por outras tipologias – como as línguas crioulas e as línguas africanas – fossem consideradas excepcionais. Ao longo do texto, mostramos que tal perspectiva influenciou as primeiras abordagens sobre a emergência do português brasileiro popular, pautadas por um viés negativo acerca do contato com línguas africanas e indígenas. O tema é examinado à luz da Historiografia Linguística, a fim de explicitar a dimensão política do conhecimento produzido sobre as línguas e a linguagem. Como base teórica, utilizamos a proposta de Fleck (2010), para quem o conhecimento científico se articula através de uma complexa dinâmica entre passado, presente e futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico. Morfologia Flexional. Excepcionalismo linguístico. Português brasileiro. Racismo linguístico.

ABSTRACT: This paper aims to discuss some theoretical roots of linguistic prejudice. We argue that many discriminatory discourses on Popular Brazilian Portuguese are motivated by a linguistic perspective formulated in 19th-century. By that time, inflectional morphology was considered the model of the linguistic development, so that languages that had other typology – for instance, creole languages and African languages – were considered exceptional. We show that the first approaches to the emergence of Popular Brazilian Portuguese were influenced by linguistic exceptionalism. They had a negative perspective on the contact of Portuguese with the African and Indigenous languages. We address the topic based on Linguistic Historiography, in order to show the political dimension of the knowledge on the languages. We are based on the Fleck's (2010) framework, according to which the scientific knowledge establishes a complex relationship among the past, the present and the future.

KEYWORDS: Linguistic prejudice. Inflectional Morphology. Linguistic Exceptionalism. Brazilian Portuguese. Linguistic racism.

Artigo recebido em: 03.01.2023

Artigo aprovado em: 22.03.2023

* Doutor em Linguística pela USP. Pesquisador independente. santosdasilvawellington@gmail.com

1 Introdução¹

Muito frequentemente, os discursos puristas ou preconceituosos sobre o uso da língua portuguesa elegem a “falta de concordância” – tanto nominal, quanto verbal – como o principal “erro gramatical” a ser enfrentado pelos instrumentos de ensino. Um exemplo emblemático dessa questão pode ser encontrado na famigerada “polêmica do livro didático”, ocorrida em 2011, como uma reação ao livro *Por uma vida melhor*, material didático de Língua Portuguesa voltado à educação de jovens e adultos (EJA), escrito por Heloísa Ramos. À época, o livro de Ramos (2009) foi extremamente criticado por jornalistas, escritores e especialistas no ensino de Língua Portuguesa, sob o argumento de que a autora fazia “apologia ao erro” (CAVALCANTI, 2013). Em um dos trechos mais atacados do livro, Ramos (2009) apresenta a seguinte explicação para a concordância sujeito-verbo nas variedades populares do português brasileiro (doravante, PB):

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós – 1ª pessoa, plural

pega – 3ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe

menino – 3ª pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)

pega – 3ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala. (RAMOS, 2009, p. 16)

¹ Agradeço aos dois pareceristas anônimos selecionados pela revista, que contribuíram para o aprimoramento deste artigo. Os possíveis problemas restantes são de minha inteira responsabilidade. Agradeço também às professoras Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ) e Beatriz Protti Christino (UFRJ) pelo convite para ministrar conferência no Projeto de Extensão “Ações de combate ao preconceito linguístico” (UFRJ), no qual apresentei uma primeira versão deste trabalho. Os comentários das referidas professoras e dos demais membros da audiência foram fundamentais para o aprofundamento da reflexão e para a elaboração deste artigo.

Como vemos, o objetivo de Ramos (2009) na passagem destacada é mostrar que a concordância é variável no PB popular² e que a variação apresenta um comportamento regular, sistematizável. Vale destacar ainda que a referida discussão é trazida pela autora apenas depois da exposição sobre a regra de concordância na norma padrão, razão pela qual, no final do excerto, ela pondera que o falante da língua deveria ter consciência tanto da variedade padrão quanto da não padrão, a fim de escolher o melhor uso para uma situação de fala determinada. Aliás, ao tratar da regra de concordância na variedade padrão, a autora faz um breve comentário sobre o preconceito linguístico, dialogando com seus leitores, alunos da EJA³:

[...] Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:
Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados.
Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”
Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que deve e o que não deve falar, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (RAMOS, 2009, p. 15, negritos da autora)

A leitura dos dois trechos do livro de Ramos (2009) revela que a autora, à luz de uma perspectiva descritiva – e não prescritiva –, procura dar elementos para que seus leitores entendam o fenômeno da variação linguística, fazendo-os capazes de escolher a variante mais adequada a cada contexto comunicativo. Deste modo, em nenhum momento a autora ignora a norma padrão ou faz “apologia ao erro”, mas apenas leva os leitores a perceber que as variantes estigmatizadas e consideradas sob a pecha do erro constituem a norma em alguns contextos de uso. Contudo, conforme aludimos

² A leitura do texto de Ramos (2011) dá a entender que as variantes por ela comentadas são encontradas no PB popular, o qual, por sua vez, seria diferente do PB culto. Tal oposição também aparecerá em outros trabalhos citados ao longo do artigo, como Melo (1946) e Silva Neto (1950), por exemplo.

³ Dada a extrema desigualdade socioeconômica brasileira, é comum que muitos alunos da EJA sejam oriundos de classes populares e falantes de variedades estigmatizadas do PB.

anteriormente, Ramos foi duramente criticada por vários jornalistas e intelectuais, os quais, além de negarem a existência do preconceito linguístico, repudiaram os usos populares elencados pela autora. Um jornalista de grande renome naquela época, por exemplo, chegou a questionar se o raciocínio lógico dos alunos não poderia ser afetado pela ausência de concordância (cf. LUCCHESI, 2011, p. 9).

Este e outros posicionamentos similares têm sido fartamente debatidos por estudos que abordam o preconceito linguístico. A conclusão mais frequente entre os autores é que o preconceito linguístico mascara um preconceito que é, de fato, social. Para Scherre (2005), a busca pela “boa língua”, tão presente nos discursos escolares e de formação da opinião pública, faz com que alguns grupos sociais sejam marginalizados, visto que não há aceitação de seus usos linguísticos e, de certo modo, de seus modos de vida, plasmando a língua como um instrumento de poder, de dominação e de opressão. A autora reforça que o papel dos estudos variacionistas seria problematizar posturas linguísticas que têm como base preconceitos de classe, de raça, de etnia etc. De modo semelhante, Lucchesi (2011, p. 4) classifica como violência simbólica a perspectiva que considera apenas uma variedade da língua como válida, considerando outros usos como índice de inferioridade mental. Para o autor, o preconceito contra as variedades populares do PB, sobretudo contra variedades marcadas pela erosão da morfologia flexional, seria uma manifestação de racismo linguístico, uma vez que, em sua leitura, tais características morfossintáticas seriam caudatárias do contato do português com línguas africanas e indígenas. Ele complementa sua argumentação dizendo: “Se a discriminação racial e sexual não são mais toleradas, o **racismo linguístico** ainda segue impune como ideologia dominante na sociedade” (LUCCHESI, 2011, p. 18-19, negrito do autor).

Levando em consideração esse breve panorama sobre a problemática do preconceito linguístico, o objetivo deste trabalho é promover uma reflexão inicial, no campo historiográfico, em torno da reconstrução das raízes teóricas desse tipo de pensamento linguístico/social. Naturalmente, é preciso salientar que sendo o

preconceito uma opinião ou ideia preconcebida sobre algo ou alguém sem o lastro do conhecimento ou da reflexão⁴, não é possível fundamentá-lo ou justificá-lo cientificamente. No entanto, consideramos que quando se trata do preconceito linguístico, estamos diante da absorção de determinadas visões de língua que, tendo nascido no terreno das teorias e práticas linguísticas, são arraigadas de maneira acrítica pela sociedade, que passa a incorporá-las às suas atitudes sociolinguísticas. Neste sentido, trilhamos reflexão semelhante àquela promovida por Coelho e Santos (2022), segundo os quais, os estudos da linguagem e das línguas ajudaram a construir preconceitos que foram difundidos e sedimentados em outros círculos sociais. Assim, neste artigo, procuraremos reconstruir a visão de língua que, de alguma maneira, chancela discursos preconceituosos em torno da variação da morfologia de flexão no PB. Tomaremos como ponto de partida a perspectiva de Fleck (2010), segundo o qual os vínculos epistemológicos e conceituais se articulam de maneira complexa entre passado, presente e futuro. Por isso, nossa periodização é bastante fluida: iniciamos com um caso de preconceito linguístico ocorrido em 2011, passamos ao exame das bases do excepcionalismo linguístico forjado no século XIX, para, finalmente, analisarmos alguns aspectos da Filologia brasileira da primeira metade do século XX.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, na segunda seção, faremos uma breve reflexão sobre a gênese dos conceitos e fatos científicos e sobre como, à luz dessa discussão, podemos interpretar a centralidade dada à morfologia flexional e sua relação com o excepcionalismo linguístico. Em seguida, mostramos como essa discussão afetou os estudos sobre a emergência do PB por parte de dois filólogos brasileiros. Por fim, na última seção do artigo, voltando ao tema do preconceito linguístico, apresentamos nossas considerações finais.

⁴ Definição adaptada do verbete 'preconceito' do dicionário Aulete digital. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/preconceito>. Acesso em: 07 fev. 2023.

2 A centralidade da morfologia flexional e a construção dos fatos científicos

O médico sorologista Ludwik Fleck (1896-1961), que deu grande contribuição para a história e a historiografia das ciências, em sua obra *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, destaca que os fatos e conceitos científicos podem ter histórias multifacetadas, vindo, inclusive, de terrenos estranhos às práticas científicas. Estudioso da sífilis, doença infecciosa e sexualmente transmissível, Fleck relata que a ideia de que o sangue sífilítico apresentava certa alteração, antes mesmo que houvesse comprovação científica para tal, já circulava em terrenos como o das crenças religiosas, que viam a sífilis como uma espécie de castigo divino contra infiéis. Diante disso, o autor argumenta que os conceitos e fatos científicos podem surgir de protoideias vagas, carentes de fundamentação, ou mesmo de generalizações feitas em outras ciências, cabendo ao historiógrafo reconstruir contextos e vínculos epistemológicos.

Um dos argumentos utilizados por Fleck para explicar os vínculos epistemológicos que podem ser encontrados na investigação da gênese dos fatos e conceitos científicos é aquilo que ele chama de estilo de pensamento, isto é, uma espécie de estrutura conceptual determinada sócio-historicamente, responsável por formatar a visão de mundo dos indivíduos em uma dada época, percorrendo diversas esferas, como a ciência, a religião, as artes etc. De acordo com o autor, o estilo de pensamento cria uma espécie de coerção dos pensamentos e práticas em diferentes esferas. Para Fleck, os fatos e conceitos científicos são gestados no interior de estilos de pensamento específicos, os quais são desenvolvidos pelos chamados coletivos de pensamento, por exemplo, grupos científicos responsáveis pela defesa de um determinado ponto de vista.

Fleck (2010) destaca que os conceitos e fatos científicos podem nascer através de dois tipos de movimentação de ideias, a saber: o tráfego intracoletivo de pensamento e o tráfego intercoletivo de pensamento. O primeiro tipo de tráfego, de natureza interna, diz respeito às discussões teóricas e metodológicas travadas no interior de um

grupo, fortalecendo determinadas maneiras de enxergar o mundo. Já o tráfego intercoletivo, de natureza externa, corresponde aos contatos ou às influências estabelecidos com/entre outros coletivos de pensamento, permitindo, assim, o compartilhamento de princípios teóricos e metodológicos entre diferentes disciplinas, levando ao surgimento de novos conceitos científicos.

Em Silva (2016), argumentamos que, no século XIX, houve um tráfego intercoletivo de pensamento bastante explícito entre as ciências biológicas e as ciências da linguagem, levando ao surgimento de conceitos solidamente presentes na Linguística até os dias contemporâneos. De acordo com Pickering (2011), o século XIX foi marcado pelas analogias entre os processos de mudança linguística e o desenvolvimento dos seres vivos, já que as próprias línguas eram consideradas desta maneira, isto é, organismos vivos que nasciam, se desenvolviam, se reproduziam e, por fim, morriam. Tal estado de coisas era resultado da prevalência das ciências biológicas no cenário epistemológico daquele período (KOERNER, 1995). Para usar a terminologia de Fleck, é possível dizer que, no período em tela, o estilo de pensamento propugnado pelas ciências biológicas trafegava intercoletivamente para a ciência da linguagem.

É nesse contexto de tráfego intercoletivo de pensamento que emerge a teoria da hierarquia morfológica, também defendida por August Schleicher (1821-1868), segundo o qual haveria uma trajetória evolutiva na morfologia das línguas naturais, com início na morfologia isolante, passando pela morfologia aglutinante e chegando, por fim, à morfologia flexional, ápice da escala evolutiva. Conforme relata Paixão de Sousa (2010), Schleicher assumia a concepção de que as línguas poderiam ser comparadas aos organismos naturais e, por isso mesmo, eram organismos sujeitos à ação do tempo e aos processos evolutivos.

Dentro da perspectiva de que as línguas naturais poderiam ser comparadas aos organismos vivos, Schleicher assumia que as línguas caracterizadas por radicais não flexionados – como as línguas de morfologia isolante – eram semelhantes às células

não especializadas, pois as formas linguísticas não flexionadas mantinham latentes as relações gramaticais (PAIXÃO DE SOUSA, 2010). Com o passar do tempo, as línguas apresentariam morfologia funcionalmente especializada, começando por afixos adjungidos às raízes – línguas aglutinantes – e chegando, por fim, à morfologia flexional. Vale destacar que, conforme pontua Paixão de Sousa (2010), ao mesmo tempo que Schleicher entendia que as línguas passavam por um período de evolução em direção à morfologia flexional, haveria também o processo de decadência, marcado, então, pela perda da morfologia flexional. Além disso, para Schleicher, haveria uma espécie de equivalência entre os estágios evolutivos humanos e os estágios evolutivos linguísticos: as línguas decadentes seriam faladas por civilizações decadentes, ao passo que as línguas primitivas – caracterizadas pela morfologia isolante – seriam faladas por populações igualmente primitivas (PAIXÃO DE SOUSA, 2010). Vemos, assim, que a visão de língua esposada por Schleicher, fortemente ancorada nas ciências biológicas de seu tempo, não se esgota em si mesma, pois veicula, de igual maneira, uma perspectiva discriminatória acerca dos seres humanos falantes. Assim, vemos que as ideias e práticas linguísticas do período aqui considerado estavam subsumidas num estilo de pensamento mais amplo e mais profundo, pautado não apenas na comparação direta e/ou indireta entre línguas e organismos naturais, mas também nas diferenças étnicas e culturais.

Neste sentido, é preciso observar que, além da relevância das ciências biológicas na formação de outras disciplinas científicas – dentre elas, a Linguística –, DeGraff (2003) chama a atenção para outro elemento fundamental à compreensão da história das ciências no mundo ocidental no século XIX: o colonialismo europeu, a partir do qual foi engendrada uma série de perspectivas científicas associadas. De acordo com o linguista haitiano, nesse período, foram elaboradas várias generalizações anti-igualitárias, a fim de construir e fundamentar a hegemonia política, cultural e racial dos agentes coloniais. De maneira concomitante, eram formulados discursos científicos que pudessem respaldar esse tipo de pensamento. Um exemplo de

elaboração científica citada por DeGraff (2003) é a teoria da degeneração racial defendida pelo Conde de Buffon⁵ (1707-1788) e seus seguidores, teoria segundo a qual a raça branca seria a raça humana mais perfeita, a partir da qual todos os outros seres humanos – negros, ameríndios, judeus etc. – teriam sido derivados, mas de forma degenerada⁶.

Em DeGraff (2003), vemos que os estudos acerca das línguas crioulas começam a tomar corpo justamente no século XIX, permeados pela visão anti-igualitária difundida pela ideologia colonialista. Naquele contexto, as variedades crioulas eram cotejadas com as línguas indo-europeias e, como resultado dessa comparação, eram consideradas “línguas anormais”, como bem demonstra o trabalho de Corcoran (2001), no qual vemos as diferentes concepções que foram associadas aos crioulos em muitos dos estudos pioneiros: (i) descendentes degenerados de línguas europeias; (ii) línguas originadas a partir de transmissão anormal; (iii) fósseis linguísticos vivos; (iv) híbridos especiais, resultantes de genealogia excepcional. De acordo com DeGraff (2003), a fundamentação teórica para as referidas perspectivas sobre as línguas crioulas vinha da Linguística Histórico-Comparativa, pois se entendia que as formas linguísticas dos crioulos não poderiam ser explicadas pela diversificação imanente das famílias linguísticas, isto é, por herança, – o surgimento das línguas-filhas a partir de uma única língua-mãe –, fazendo com que aquelas línguas, perpassadas pelo empréstimo, fossem consideradas variedades degeneradas^{7,8}. Surgia, assim, aquilo que DeGraff (2003)

⁵ Título atribuído a Georges-Louis Leclerc, um naturalista francês.

⁶ De acordo com Schwarcz (2018), embora o abolicionismo ganhasse força no Brasil de fins do século aqui analisado, as ideias de desigualdades biológicas entre raças também ganhavam força no contexto nacional. Aliás, com base nesse tipo de concepção, estudiosos como Silvio Romero e Nina Rodrigues eram críticos à miscigenação, entendendo-a como uma forma de promover a degeneração racial.

⁷ Conforme apontam Coelho e Finbow (2020), a distinção entre herança e empréstimo é uma das mais arraigadas no campo da Linguística Histórica. Thomason e Kaufman (1988), por exemplo, definem o empréstimo (*borrowing*) como um dos tipos de processos que podem ocorrer na mudança linguística induzida por contato, diferenciando-a da transmissão linguística normal, na qual todos os subsistemas da língua seriam oriundos de uma única língua-mãe determinada.

⁸ Vale destacar que, contemporaneamente, há trabalhos que empregam o método histórico-comparativo no estudo das línguas crioulas, como demonstra a tese de Bandeira (2017), um trabalho de reconstrução

chama de excepcionalismo linguístico, concepção segundo a qual as variedades ditas excepcionais eram comparadas com as línguas indo-europeias, sobretudo com as línguas clássicas, cuja morfologia flexional servia como parâmetro para que os estudiosos do período as considerassem uma espécie de “cânon linguístico de excelência” (HOLM, 1988). Essa perspectiva excepcionalista era pautada pelo racismo linguístico, visão de mundo fundamentada pelas teorias linguísticas proeminentes no século XIX (ROSA, 2019).

De acordo com DeGraff (2001), a morfologia foi o principal nível de análise utilizado para asseverar a excepcionalidade das línguas crioulas, pois em muitos trabalhos a morfologia dessas línguas era considerada incipiente, ausente ou transparente. Sob o signo da “incipiência morfológica”, as línguas crioulas eram consideradas línguas recém-nascidas, às quais faltavam os traços característicos das “línguas mais velhas”. Como um exemplo da perspectiva que alguns linguistas do século XIX tinham sobre as línguas crioulas, o autor cita o verbete que Auguste Vinson (1819-1903) elaborou para o *Dictionnaire des sciences anthropologiques* (1882). Nele, os crioulos são descritos como línguas resultantes da adaptação de uma língua indo-europeia a um *genius* fonético e gramatical característico de falantes de raça linguisticamente inferior. Vinson (1882 *apud* DEGRAFF, 2001) acrescenta que, no decorrer do processo, criava-se ainda uma gramática de língua europeia, mas extremamente simplificada.

Embora a perspectiva excepcionalista acerca das línguas crioulas tenha as suas raízes no século XIX, DeGraff (2001) mostra que tal pensamento avança pelo século XX nos trabalhos de crioulistas renomados. Ele menciona, por exemplo, o trabalho de McWhorter (1988), no qual a explicação dada para a incipiência morfológica dos crioulos é a quebra na transmissão linguística, que por ocasionar um curto período de

fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné. Além disso, DeGraff (2003) defende a ideia de que o crioulo haitiano poderia ser estudado à luz do método comparativo, uma vez que a referida língua apresentaria correspondências fonológicas e morfossintáticas sistemáticas com o francês.

desenvolvimento da língua, impediria o surgimento de traços característicos das línguas mais velhas – como, por exemplo, a riqueza de afixos derivacionais, flexão, tom lexical contrastante etc. DeGraff (2001) também cita o trabalho de Seuren (1998), no qual o estudioso estabelece um contraste entre as línguas crioulas, de um lado, e as línguas sofisticadas, de outro: em sua visão, os crioulos teriam gramáticas simplificadas, quando comparados às línguas sofisticadas, as quais teriam um rico passado cultural, além de uma sociedade letrada organizada. Os argumentos mobilizados por Seuren (1998) reforçam a concepção de Fleck, trazida no início desta seção, qual seja, a de que a formulação de conceitos científicos – por exemplo, o conceito de ‘gramática simplificada’ –, via de regra, está associada a outras visões de mundo que caracterizam um determinado estilo de pensamento.

Além da perspectiva excepcionalista ter sido uma marca relevante dos estudos acerca das línguas crioulas, as primeiras investigações sobre as línguas africanas⁹ parecem apresentar teor muito semelhante. De acordo com Petter e Araújo (2015), o reconhecimento da diversidade linguística africana se dá no contexto colonial, no qual os europeus, impulsionados por razões mercantilistas e por missões religiosas, consideravam as variedades linguísticas faladas nos “territórios descobertos” um recurso prático para a manutenção do seu domínio. Por isso, num primeiro momento, houve a produção sistemática de vocabulários de várias línguas faladas no continente, bem como a produção de listas de palavras que davam apoio à redação de manuais destinados a navegadores. Além disso, sob o argumento de salvar as “almas em perigo”, religiosos situados nas possessões coloniais africanas passam a elaborar gramáticas das variedades autóctones, ancoradas no modelo gramatical latino¹⁰.

⁹ Embora estudiosos de crioulos falados em África considerem, contemporaneamente, tais línguas como línguas africanas, neste trabalho, estamos chamando de africanas as línguas autóctones do continente, isto é, faladas antes da colonização.

¹⁰ O trabalho de Fernandes (2015) dá um bom panorama da elaboração dessas obras gramaticais no domínio colonial português.

Conforme relatam Petter e Araújo (2015), na segunda metade do século XIX, os estudos sobre as línguas africanas produzidos por estudiosos europeus entram numa nova fase, e passam a ser conduzidos com base na metodologia comparativa, a mesma metodologia que, como vimos, perpassou os primeiros trabalhos sobre as línguas crioulas. Os autores ressaltam que essa nova leva de trabalhos foi produzida no contexto de aprofundamento do colonialismo europeu em África, que culminou com a Conferência de Berlim¹¹ (1884-1885). Um dos trabalhos mais representativos do período foi a *Comparative Grammar*, do linguista alemão Wilhelm Bleek (1862-1869), um dos precursores no estudo das línguas que modernamente conhecemos como línguas bantu. De acordo com Rosa (2019), Bleek estabeleceu uma distinção entre as línguas que expressavam o gênero através da morfologia e aquelas que não contavam com esse mecanismo gramatical. Na visão do estudioso alemão, a presença ou a ausência de tais traços linguísticos determinava a posição dos povos falantes na hierarquia cultural, conforme vemos na seguinte passagem:

Is it, then, a mere accident that nearly all the nations which have made any progress in scientific acquirement speak sexual languages? [...] On the other hand, among the mass of nations speaking prefix-pronominal languages, [...] there is not one that has added any noteworthy contribution to scientific knowledge; and not a single individual who could be called great as thinker, inventor, or poet has risen among them. This fact is, doubtless, the result of an organic defect, the ground of which lies in the lack of any power of seizing poetically the constitution of things. The grammatical form of their languages does not allow their imagination that higher flight which the form of the sexual languages irresistibly imparts to the movement of the thought of those that speak them.¹² [...] (BLEEK, 1869, p. xxii-xxiii *apud* ROSA, 2019, p. 97)

¹¹ Em linhas gerais, a Conferência de Berlim reuniu nações europeias para definir limites e traçar planos de ocupação e dominação de parte significativa do território africano.

¹² “É, então, um mero acidente que aproximadamente todas as nações que fizeram algum progresso na aquisição de [conhecimento] científico falam línguas sexuais? [...] Por outro lado, entre a massa de nações que falam línguas prefixo-pronominais, [...] não existe uma que tenha adicionado qualquer contribuição relevante ao conhecimento científico; e nem um único indivíduo que pudesse ser chamado

A fim de reforçarmos o entendimento de que a perspectiva excepcionalista acerca das línguas africanas estava muito presente nos trabalhos produzidos no século XIX, é importante mencionar outros casos trazidos por Rosa (2019). Há, por exemplo, o trabalho do egiptólogo alemão Karl Lepsius (1880), segundo o qual as línguas dos povos hamitas, faladas no Norte da África, seriam superiores em relação às outras línguas do continente, pois seriam mais parecidas com as línguas europeias. Além disso, de acordo com Rosa (2019), Ruhlen (1991) criticou as classificações realizadas por Lepsius e por Friedrich Müller (1834-1898), pois elas não se limitavam a critérios linguísticos, mas faziam referência a critérios como cor da pele e tipo de cabelo dos falantes. Conforme pontua Rosa (2019), o estabelecimento dessas relações entre língua e raça acabavam por cancelar argumentos ancorados nas noções de superioridade e inferioridade de línguas e povos humanos.

A exposição feita até aqui mostra que alguns dos principais conceitos científicos formulados pela Linguística do século XIX – como a visão acerca da mudança linguística e acerca da diferenciação dos sistemas morfológicos, bem como acerca do próprio conceito inicial de língua crioula¹³ – foram permeados por um estilo de pensamento que tinha, em sua base, a perspectiva de distinção qualitativa de raças e culturas. Na próxima seção, procuraremos mostrar que esse tipo de visão permaneceu no tratamento que alguns expoentes da Filologia brasileira da primeira metade do século XX fizeram do português brasileiro.

de um grande pensador, inventor ou poeta surgiu entre eles. Este fato é, sem dúvida, resultado de um defeito orgânico, cujo fundamento reside na ausência de qualquer poder de apreender poeticamente a constituição das coisas. A forma gramatical de suas línguas não permite à sua imaginação aquele voo superior que as línguas sexuais, irresistivelmente, dão ao movimento do pensamento daqueles que as falam. [...]” (BLEEK, 1869, pp. Xxii-xxiii *apud* ROSA, 2019, p. 97, tradução livre do autor).

¹³ É importante frisar que os estudos atuais das línguas crioulas não costumam veicular uma concepção que inferioriza as referidas variedades.

3 O discurso da perda no português brasileiro: raízes do preconceito linguístico

Paixão de Sousa (2010) relata que os trabalhos pioneiros sobre a emergência do PB estabeleceram a erosão da morfologia flexional como um dos traços característicos dessa variedade linguística. Segundo ela, dois representantes dessa tradição seriam os filólogos Gladstone Chaves de Melo (1917-2001) e Serafim da Silva Neto (1917-1960), autores de *A língua do Brasil* (1946) e *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950), respectivamente. Neste trabalho, consideraremos Melo e Silva Neto como representantes de uma tradição, no sentido definido por Alonso (2012), pois eles tinham a mesma visão sobre o PB, utilizavam os mesmos pressupostos teórico-metodológicos para estudá-lo e faziam parte do mesmo coletivo de pensamento, permeado por um mesmo clima de opinião intelectual e estrutura sociocultural. Em nossa concepção, o seguinte trecho da obra de Silva Neto (1963[1950]) é uma espécie de síntese da interpretação sobre a formação histórica do PB popular formulada em sua tradição:

A grande maioria dos fatos que caracterizam os nossos falares regionais têm âmbito panbrasileiro [...]. Está neste caso o frisante fato, que representa o vestígio do crioulo colonial, do *desaparecimento da flexão numérica* por meio de -s: os livro, as mesa. O mesmo se dirá da *extrema simplificação das formas verbais, outra cicatriz do primitivo aprendido tosco da língua portuguesa*. De modo geral, em todas as regiões, só se usam a 1ª e a 3ª pessoas; o plural da 1ª pessoa perde o -s: bamo, fazemo, fomo, e, nos proparoxítonos, perde a terminação -mos: nós ia, fosse, andava. [...]” (SILVA NETO, 1963[1950], p. 135, itálico nosso)

Tanto Gladstone Chaves de Melo quanto Serafim da Silva Neto pertenciam a um grupo de intelectuais da Filologia que Coelho (1998) chamou de “*Geração de 1940*”, os quais, dando continuidade ao trabalho filológico executado por alguns pioneiros – como Said Ali, Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, dentre outros –, tinham como principal preocupação a investigação dos seguintes problemas científicos: a edição de

textos antigos; a dialetologia dos falares brasileiros; a compreensão da formação histórica do português falado no Brasil.

De acordo com Paixão de Sousa (2010), o trabalho desses pioneiros no estudo da formação histórica do PB era permeado por um discurso que tentava, no plano da língua, caracterizar a identidade nacional brasileira. Com esse objetivo, os autores opunham dois “Brasis”: um Brasil culto, cuja língua teria sido herdada diretamente de Portugal, mesmo que afetada por uma deriva românica; e um Brasil popular, cuja variedade linguística teria sido impactada pelo contato com as línguas africanas e indígenas¹⁴. Tal bifurcação analítica ocorria porque, tanto Melo (1946) quanto Silva Neto (1950) procuravam pôr fim a uma discussão que, desde o século XIX, oscilava entre a defesa e a crítica da hipótese da existência de uma língua brasileira diferente do português europeu.

Um dos principais defensores da aludida hipótese criticada pelos filólogos da geração de 1940 – chamada de “*Escola da língua brasileira*”, por Elia (1961) – era Renato Firmino Maia de Mendonça (1912-1990). Na perspectiva de Mendonça, o entendimento da formação histórica do PB deveria ter como pressuposto básico um recorte que não privilegiasse a língua culta das capitais, pois, segundo ele, tal método ignorava a realidade do modo de falar dos brasileiros, que não era homogêneo, como fariam parecer os usos dos letrados do Rio de Janeiro e de Lisboa. É esta a tese que embasa o trabalho de Mendonça (1936), o qual, ancorado nos preceitos teórico-metodológicos da Geografia Linguística, defendia a especificidade do PB frente ao PE, especificidade esta gerada pela influência das línguas africanas e indígenas. O seguinte

¹⁴ Conforme demonstram Coelho e Santos (2022), a circunscrição da influência africana às variedades populares do PB também estava presente na abordagem feita pelo lexicógrafo Macedo Soares, no século XIX: “[...] De fato, há referência reiterada a um estrato intermediário entre os escravizados e a elite branca. É nesse nível social (racial?) e linguístico pensado como intermediário que a ‘contribuição’ africana para a formação do ‘dialeto’ estaria se difundindo, ficando preservada dessas ‘contribuições’ uma suposta ‘língua’ da ‘gente culta’ [...], por hipótese mais próxima da ‘língua’ da metrópole.” (COELHO; SANTOS, 2022, p. 9).

trecho de Mendonça (1936) resume a concepção adotada pelo autor, qual seja, a diferenciação profunda do PB em relação ao PE:

Separada do português no século XVI, a língua respirou no Brasil com os próprios pulmões, sem a placenta intermediária da língua mater. Assim, historicamente esse galho se desprende do tronco, crescendo e vicejando com a enxertia nas terras americanas. (MENDONÇA, 1936, p. 126)¹⁵

Conforme destacamos, Renato Mendonça argumentava que o PB seria uma língua distinta do PE devido à influência das línguas africanas e indígenas, com especial atenção para as primeiras. Assim, tomando como base as generalizações do lexicógrafo Rodolfo Garcia (1873-1949), Mendonça (1936) procurou explicitar a participação profunda do “*elemento negro*” na formação étnica, cultural e linguística de diferentes regiões brasileiras, como no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Não obstante reconheça as diferenças existentes entre as línguas africanas e as línguas indo-europeias, como era o caso do português, Mendonça (1936) argumenta que as variedades faladas pelos africanos escravizados teriam influenciado na emergência de uma série de fenômenos característicos de alguns dialetos do PB, tais como: a redução dos ditongos; processos de aférese; a variação da concordância no âmbito do sintagma nominal; a perda da nasalidade marcadora de terceira pessoa do plural; o apagamento da oclusiva /d/ no gerúndio.

Renato Mendonça era um crítico severo da tradição assumida por outros estudiosos de sua geração. Tanto é que, em seu *A influência africana no português do*

¹⁵ É interessante observar que, na imagem utilizada por Mendonça (1936, p. 126), parece haver uma problematização dos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Histórica mais proeminente no século XIX, na qual a hipótese da árvore genealógica das línguas, proposta por Schleicher, entendia que a mudança linguística era imanente, gerada a partir de uma língua-mãe, sem influência de línguas terceiras. Conforme veremos adiante, a tradição representada por Melo e Silva Neto será fiadora dessa concepção na Filologia brasileira da primeira metade do século XX, contrastando com a concepção de Mendonça.

Brasil (1935), livro no qual dedica um capítulo aos últimos desenvolvimentos da Linguística Africana de seu tempo, o autor faz a seguinte queixa:

É lastimável mesmo que fenômenos caracteristicamente negros da nossa fonética sejam atribuídos ao tupi, com menoscabo da verdade histórica.

[...]

Isto resulta da proeminência indevida que se conferiu ao índio com prejuízo do negro na formação da nacionalidade brasileira. Há mesmo aí muita coisa influenciada pelo indianismo de Gonçalves Dias e Alencar.

O negro que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro, que erra pelas florestas...

Se um alicerça obscuramente a economia nacional com a lavoura da cana-de-açúcar e do café, e a mineração do ouro, o outro sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império...

(MENDONÇA, 2012[1935], p. 78-79)

Vemos, então, que na perspectiva de Mendonça (1935), a participação dos africanos na formação linguística do Brasil era conscientemente ignorada por alguns estudiosos, em virtude da visão negativa que a intelectualidade daquele tempo tinha a respeito dos negros. Silva Neto (1950), por sua vez, liderança intelectual e organizacional da geração de filólogos de 1940, era crítico tanto das “teses negrófilas” quanto das “teses indiófílas”, termos que ele utilizava para se referir a hipóteses como a de Mendonça, que colocavam o contato linguístico como elemento determinante para a formação do PB. Munido de uma “tese lusitanófila” – termo empregado por Mattos e Silva (2004) –, Silva Neto (1950) alegará que as teses negrófilas e indiófílas seriam fruto do desconhecimento da Linguística Românica:

Nos primeiros estudos sobre o português do Brasil, escritos em geral por amadores, exagerava, e sem nenhum método ou crítica, a influência indígena. Mais tarde passou-se a fazer o mesmo com a influência dos negros.

A verdade, porém, é que a maior parte dos fatos alegados não passava de interpretações sem base, fantasiosas ou precipitadas. Além da falta de conhecimentos de línguas americanas e africanas, a muitas pessoas que advogavam teses indiófílas e negrófilas faltava a indispensável

base da cultura linguística e românica.¹⁶ (SILVA NETO, 1963[1950], p. 101)

Na perspectiva de Silva Neto (1950), a participação dos africanos e indígenas na formação das variedades populares do PB seria um fato incontestável. No entanto, tal participação teria sido limitada ao apressamento da deriva da língua, ou seja, à deflagração de tendências de mudança que já estavam prefiguradas na história da língua portuguesa, mas que, em virtude do aprendizado imperfeito dos aloglotas – termo utilizado pelo autor para fazer referência aos africanos e aos indígenas –, teriam sido apressadas nos falares populares e regionais do Brasil. Teoria de mudança associada ao trabalho do linguista estruturalista Edward Sapir (1884-1939), a deriva parte do pressuposto de que as línguas têm uma direção pré-determinada de mudança, processo este que ocorre de maneira paulatina, de maneira inexorável. Conforme relatamos em Silva (2016), vale destacar que, enquanto Sapir aborda o conceito de deriva em seu trabalho de 1921, já no século XIX, o filólogo romanista português Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) apresentava ideias semelhantes para o tratamento da história da língua portuguesa. Seguindo os debates propostos na Filologia Românica de seu tempo, Adolfo Coelho (1868) argumentava que o surgimento das línguas neolatinas seria um resultado da deflagração de “tendências dissolventes” de mudança na língua latina, provocadas, por exemplo, pelas invasões bárbaras, as quais teriam apressado mudanças já previstas na história da língua.

Assim, tomando como base a noção de deriva e contrastando com autores como Renato Mendonça, Silva Neto (1950) defende a hipótese de que os aloglotas não teriam, efetivamente, transferido traços gramaticais de suas línguas para o português falado no Brasil, mas sim apressado tendências de mudança que, em algum momento, iriam ocorrer. Isso teria ocorrido porque eles, nas palavras de Silva Neto (1950), teriam

¹⁶ É interessante observar o quanto a avaliação de Silva Neto tem de fundamentação empírica, visto que, conforme relatamos, o trabalho de Mendonça (1935) dispõe de um capítulo inteiro apenas para expor as últimas generalizações da Linguística Africana de seu tempo, demonstrando, assim, que o referido autor tinha conhecimento da literatura especializada.

passado por um aprendizado imperfeito do português, um aprendizado de emergência, fazendo com que os antigos “*hábitos linguísticos*” de suas línguas maternas influenciassem na aquisição do português, uma língua românica.

Melo (1975[1946]) apresenta, de maneira explícita, quais seriam esses “*antigos hábitos linguísticos*” que teriam influenciado a emergência do PB popular: a falta de morfologia flexional tanto no nagô/iorubá quanto no quimbundo, línguas que, segundo ele, teriam sido largamente faladas pelos africanos escravizados no Brasil:

Deste modo, natural seria que, adotando o português como “língua segunda”, imprimissem nele os africanos as marcas dos seus *antigos hábitos linguísticos*, executando-o, não apenas com *sotaque peculiar e deformador*, senão que *também simplificando-lhe a morfologia com reduzir-lhe as flexões*. (MELO, 1975[1946], p. 76, itálico nosso)

Os trechos destacados até aqui dão conta do fato de que, na visão de Melo (1946) e Silva Neto (1950), a principal mudança linguística que caracterizaria a emergência do PB popular seria a perda da morfologia flexional, com seu respectivo impacto sobre a concordância. Na visão dos filólogos, tal estado de coisas poderia ser explicado pelo fato de que os aloglotas africanos e indígenas falavam línguas sem morfologia flexional, de modo que imprimiriam esse hábito linguístico ao português. Vale destacar que também Renato Mendonça, o estudioso que defendia a participação dos negros na formação do PB, esposava visão semelhante à dos referidos filólogos sobre a morfologia de flexão. Cabe, então, apontar o que havia de diferente no tratamento que Melo e Silva Neto imprimiam à questão. Neste trabalho, argumentamos que a visão dos filólogos citados sobre a estrutura morfosintática do PB popular era perpassada por uma espécie de racismo linguístico latente, semelhante àquele propugnado por estudiosos do século XIX, conforme vimos na seção anterior. A seguinte passagem de Silva Neto (1950) dá uma primeira dimensão do que queremos dizer:

Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isso é, aliás, bem natural, pois *tanto o índio como o negro, em atrasado estágio de civilização*, aprenderam o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 37, itálico nosso)

O trecho em destaque é retirado de uma passagem na qual Silva Neto (1950) compara as representações que Gil Vicente fazia do português falado pelos negros com a representação do português falado por indígenas, proposta por Juan Sardina Mimoso. O desempenho dos indígenas e africanos no uso do português, uma língua flexional, é atribuído ao “atrasado estágio de civilização” dos referidos povos. Conforme vimos na seção anterior, argumentos semelhantes foram utilizados no século XIX para caracterizar os povos que não falavam línguas flexionais, como as línguas africanas e as línguas crioulas. A esse respeito, também é muito importante mencionar a visão de Silva Neto sobre o processo de criouliização.

Na perspectiva de alguns autores, Silva Neto foi um pioneiro no debate sobre criouliização no cenário dos estudos linguísticos brasileiros (LUCCHESI, 2012; SILVA; NEGRÃO, 2018). Vale destacar que, ao discutir esse tema, o filólogo buscava fundamentação nas ideias de autores como Adolfo Coelho e Hugo Schuchardt (1842-1927), mas também parece ter trazido contribuições inovadoras para o campo de investigação, como a formulação do conceito de semicrioulo (LUCCHESI, 2012). Antes de fazermos menção ao conceito de semicrioulo, é importante relatar a visão que o filólogo brasileiro tinha a respeito das línguas crioulas de maneira geral. Em Silva Neto (1960), os crioulos são caracterizados como variedades oriundas da deturpação e da simplificação de uma determinada língua-base. As línguas-base, nesse caso, seriam as línguas europeias, as quais, na boca dos aborígenes e negros, eram transformadas em variedades “estropiadas” (SILVA NETO, 1960). No entanto, na visão do filólogo, tais línguas poderiam passar por um processo, por assim dizer, de aperfeiçoamento, transformando-se em semicrioulos:

Nos crioulos há vários graus de aprendizagem, pois, segundo as circunstâncias, o primitivo falar xacoco se mantém ou é *aos poucos renovado pelo sangue novo da língua europeia. De geração em geração, à custa sobretudo da escola, se vai aperfeiçoando a primitiva fala de emergência.* É o que está sucedendo com relação ao crioulo francês da ilha Maurícia. Daí admitir-se a existência do semicrioulo, ou seja, *um estágio aperfeiçoado da primitiva aprendizagem.* Esse tipo de linguajar exemplifica-nos o choque entre o falar europeu e o crioulo. Este vai sendo, pouco a pouco, penetrado de palavras e giros do falar europeu. *O semicrioulo encerra, pois, formas e torneios semicultos.* (SILVA NETO, 1963[1950], p. 108, *itálico nosso*).

Conforme vemos na passagem de Silva Neto (1950), tornar-se um semicrioulo equivalia, em alguma medida, a uma mudança linguística que fazia uma “variedade estropiada” tornar-se cada vez mais próxima da língua-base europeia – vale dizer, uma espécie de descrioulização. Aliás, é preciso dizer que, em outras passagens de sua obra, Silva Neto (1950) elabora o conceito de “branquização linguística”, a fim de diferenciar a fala dos descendentes de europeus da fala dos aloglotas:

A ascensão social do mestiço acarretava polimento e planificação na linguagem, uma vez que esse é um importante sinal-marca de classe social. O negro da *Frágua de Amores*, de Gil Vicente, desespera-se porque inutilmente lhe branqueara a pele: na linguagem sempre se traía a cor¹⁷ (SILVA NETO, 1963[1950], p. 106)

Posicionamento semelhante pode ser encontrado no trabalho de Gladstone Chaves de Melo, o qual, após tratar da influência africana na perda da flexão no PB, aventava que o aperfeiçoamento linguístico se daria por força da escolarização e também por conta da imitação dos usos linguísticos dos brancos por parte dos falantes negros:

¹⁷ O filólogo faz referência a uma tragicomédia de Gil Vicente, na qual há uma forja mágica capaz de transformar os homens naquilo que eles mais desejam. Valente (2021) destaca o seguinte acerca da cena evocada por Silva Neto, na qual o negro Fernando pede para ser transformado em homem branco: “[...] A cor de sua pele e de suas feições, contudo, são vistas por este como algo negativo, sujeito a transformação, ou seja, para poder pertencer à nova comunidade Fernando sente que as deve alterar. O resultado, contudo, não é o esperado: o seu aspecto físico transforma-se, mas a sua linguagem mantém-se [...]” (VALENTE, 2021, p. 11). Vale destacar que, de acordo com Valente (2021), as obras de Gil Vicente são caracterizadas pelas transformações linguísticas como um recurso teatral para marcar minorias étnicas.

Porém, é bem de ver que ela tende a se fazer cada vez menos sentir, em consequência da alfabetização, da instrução do ensino supletivo, da divulgação de conhecimentos, e principalmente da ascensão social, econômica e cultural das classes inferiores. O preto e mormente o mulato buscam elevar-se socialmente, no que são favorecidos pelo seu extraordinário mimetismo. Basta observar como sabem por-se por pelintras os mulatos e mulatas deste Rio de Janeiro. Por outro lado, já ouvi de uma pobre negra, quase mendiga, que assim se referia a filha: “Caiu-lhe todo o cabelo”! ...

Portanto, é de esperar que o nivelamento linguístico se faça não por baixo, como pretendem alguns, mas por cima. (MELO, 1975[1946], p. 79-80)

De acordo com o Dicionário Caudas Aulete, uma das acepções do adjetivo ‘pelintra’ é a seguinte: “Diz de quem é pobre e malvestido mas pretende fazer-se admirar”¹⁸. Ora, trazendo a discussão para o campo linguístico, é possível dizer que, aparentemente, a hipótese defendida por Melo (1946) era a de que os mulatos e mulatas do Rio de Janeiro tentavam ser admirados pelos usos linguísticos que eles imitavam dos falantes brancos. Ideia semelhante é formulada por Silva Neto (1950), outro membro daquela tradição (ALONSO, 2012), o qual, com base nas leis da imitação – teoria proposta pelo sociólogo francês Jean-Gabriel De Tarde (1843-1904) –, defendia a hipótese de que, no Brasil colonial, aqueles grupos sociais considerados inferiores buscavam imitar os seus superiores, galgando, assim, a ascensão social e linguística. Conforme a citação a seguir evidencia, o componente racial era um elemento fundamental nessa dinâmica: “Falar como branco deve ter sido a preocupação constante de todos aqueles que procuravam ascender às classes sociais mais elevadas” (SILVA NETO, 1963[1950], p. 106).

A exposição feita até aqui mostra que, conforme pontua Paixão de Sousa (2010), as reflexões fundadoras sobre a origem do PB são ancoradas num discurso de perda, sobretudo, relativo à perda da morfologia flexional e aos seus respectivos impactos sobre a concordância. Nesta seção, buscamos explicitar o fato de que, na visão de

¹⁸ Definição disponível em: <https://www.aulete.com.br/pelintra> . Acesso em: 16 fev. 2023.

estudiosos como Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo e mesmo de Renato Mendonça – que parte de perspectiva teórica distinta da dos dois primeiros filólogos –, os agentes da perda seriam os africanos, os indígenas e seus descendentes, os quais, devido às características de suas línguas pregressas, teriam adquirido o português – língua românica e flexional – de maneira imperfeita. Se conectarmos o posicionamento dos autores aqui citados à exposição realizada na seção anterior, acerca de algumas bases epistemológicas da Linguística do século XIX, veremos que os filólogos mencionados carregam traços de um estilo de pensamento pautado na distinção entre raças e culturas humanas, de modo que as raças e culturas europeias são consideradas superiores em relação às demais. Sendo assim, todos os traços que podem ser explicados pelo contato entre as diferentes raças são repudiados, sob o signo da impureza e da deturpação¹⁹. Em nossa concepção, tais perspectivas acabaram por se constituir em raízes do preconceito linguístico, cujas principais manifestações contemporâneas se voltam contra a variação na concordância, ocasionada pela “perda das flexões”.

4 Considerações finais: lidando com as raízes do preconceito linguístico

Em suas reflexões sobre as dinâmicas históricas do conhecimento científico, Fleck (2010) faz a seguinte advertência:

Cada época tem concepções dominantes, restos de concepções passadas e predisposições de concepções futuras, em analogia com todas as formas sociais. Uma das tarefas mais nobres da teoria comparada do conhecimento seria a de investigar como as concepções, ideias pouco claras, circulam de um estilo de pensamento [...] para outro, como surgem pré-ideias espontâneas e como se conservam, graças a uma harmonia da ilusão, enquanto formações persistentes e rígidas.

¹⁹ A esse respeito, julgamos importante citar a seguinte passagem de Melo (1946), que chega a impressionar pelo viés negativo atribuído à influência africana: “O índio foi breve dissolvido na comunidade social brasileira ou dela desterrado, enquanto que o preto se lhe adaptou e nela se aboletou, chegando não raro seus descendentes mestiços a dar as cartas.” (MELO, 1975[1946], p. 74-75)

Somente por meio dessa comparação e investigação das relações chegamos a uma compreensão da nossa época. (FLECK, 2010, p. 70, itálico nosso)

O presente artigo teve início com a rememoração da polêmica do livro didático, ocorrida em 2011, cujo mote central era a discussão acerca da variação da concordância no PB popular no contexto de um livro de Língua Portuguesa voltado a alunos da EJA. Na época, o material foi severamente criticado por órgãos de imprensa, como podemos ver através de alguns títulos de reportagens ou de editoriais coligidos por Cavalcanti (2013), tais como *A pedagogia da ignorância* (editorial de *O Estado de S. Paulo*) e *O assassinato da Língua Portuguesa* (reportagem da *Revista Isto é*). Textos como estes aqui referidos são retratos incontestes do preconceito linguístico, na medida em que as variedades que se distanciam da norma padrão prescrita pelos instrumentos didáticos tradicionais são vistas como inferiores ou mesmo como não pertencentes à língua, até porque, de acordo com a reportagem da *Isto é*, os traços do PB popular concorreriam para o verdadeiro assassinato da última flor do Lácio.

Conforme relatamos na primeira seção do artigo, naquela época e também em anos subsequentes, vários linguistas se posicionaram sobre a polêmica, argumentando a favor da variação linguística. Dentre eles, estava Lucchesi (2011), segundo o qual as características morfossintáticas do PB popular que, naquela ocasião, haviam se tornado o alvo das manifestações de preconceito linguístico, teriam se formado na história do PB como uma consequência do contato com as línguas africanas e indígenas. Portanto, na visão do sociolinguista, as manifestações preconceituosas contra o PB popular seriam, ao fim e ao cabo, manifestações de racismo linguístico, pois, no limite, os detratores do livro didático estariam repudiando as heranças linguísticas deixadas pelos povos que adquiriram o português como sua segunda língua.

Ora, a exposição feita ao longo deste trabalho concorre para, de alguma maneira, reforçar a análise de Lucchesi (2011). Embora não possamos, peremptoriamente, afirmar que os jornalistas e os demais intelectuais que criticaram o

livro de Ramos (2009) fossem racistas, a análise empreendida neste artigo mostra que, desde o século XIX, foi gestada uma visão de língua/linguagem que colocava a morfologia de flexão como ápice do desenvolvimento das línguas, fazendo com que a ausência ou a perda da morfologia flexional fosse considerada uma espécie de índice de “subdesenvolvimento linguístico”, dando as bases para a emergência de uma perspectiva excepcionalista, que afetou o tratamento não só das línguas crioulas, mas também das línguas africanas. A análise dos trabalhos de Melo (1946) e Silva Neto (1950) mostrou que esse tipo de visão também esteve presente nas interpretações sobre a emergência do PB popular, pois a participação de africanos e indígenas na formação da referida variedade teria contribuído para o seu empobrecimento flexional. Se voltarmos o nosso olhar para as críticas ao livro de Ramos (2009), obviamente, não veremos, de modo explícito, o debate racial sendo colocado, mas, de alguma maneira, a busca pelas flexões perdidas – para usar uma imagem de Paixão de Sousa (2010) – ecoa um discurso já feito no passado. Assim, vemos que o preconceito linguístico tem raízes teóricas, na medida em que ele parece trazer “restos de concepções passadas” (FLECK, 2010, p. 70).

De acordo com Guisan (2015), as línguas são impregnadas pelos valores e pelas visões culturais que as sociedades a elas atribuem. Deste modo, elas podem se transformar em instrumentos de hegemonia ou, pelo contrário, refletir a riqueza e a diversidade cultural. Podem se configurar como armas de opressão ou como ferramentas de liberdade. A discussão promovida ao longo deste artigo procurou mostrar que o conhecimento teórico sobre as línguas e a linguagem também pode transitar por esses polos, na medida em que, conforme ilustramos, teorias e conceitos linguísticos que colocaram a morfologia flexional como ápice do desenvolvimento gramatical concorreram para a criação e/ou fundamentação de preconceitos linguísticos/sociais que, uma vez sedimentados, são difundidos até os tempos hodiernos.

Através deste artigo, defendemos a ideia de que o desvelamento das raízes teóricas do preconceito linguístico consiste numa estratégia de evidenciar a dimensão política do conhecimento, combatendo aquilo que, à luz de uma série de pensadores pós-coloniais, Coelho e Santos (2022) chamam de “colonialidade do saber”. Configura-se, assim, numa contribuição da Historiografia e da Epistemologia da Linguística na luta contra as formas de discriminação social, dentre elas, o excepcionalismo linguístico, que nada mais é do que a excepcionalização de povos e culturas. É esta a melhor maneira de lidar com o preconceito linguístico: conhecer as suas sementes, consubstanciadas na discriminação racial e cultural, para que possamos combatê-lo a partir das raízes (pseudo)teóricas.

Referências

ALONSO, M. C. Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo en la Historiografía Lingüística y en su definición del concepto de Tradición. **Todas as Letras**: revista de língua e literatura, v. 14, n. 1, p. 71-86, 2012.

BANDEIRA, M. **Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné**. 2017. 437 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CAVALCANTI, J. R. As faces de uma polêmica: o episódio do livro didático *Por uma vida melhor*. **D.E.L.T.A.**, 29: Especial, p. 485-501, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44502013000300007>

COELHO, F. A. **A lingua portuguesa**: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira**: Um Ensaio Historiográfico sobre o papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem. 1998. 184f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COELHO, O. F.; FINBOW. T. D. Apontamentos para uma história linguística transatlântica e descolonizada do português do Brasil: o contato e a diversidade em

foco. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (org.). **História das línguas, Histórias da Linguística**. Homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2020. p. 61-84.

COELHO, O. F.; SANTOS, E. F. Macedo Soares, Amélia Mingas e a Historiografia Linguística Transatlântica. **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, v. 64, p. 1-16, 2022. DOI <https://doi.org/10.20396/cel.v64i00.8668269>

CORCORAN, C. Creoles and the creation myth: A report on some problems with the linguistic use of 'Creole'. **Chicago Linguistic Society**, 36, 2, 193-206, 2001.

DEGRAFF, M. Morphology in Creole genesis: Linguistics and Ideology. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). **Ken Hale: A Life in Language**. Cambridge MA: MIT Press, 2001. p. 53-121.

DEGRAFF, M. Against Creole Exceptionalism. **Language**, 79, p. 391-410, 2003. DOI <https://doi.org/10.1353/lan.2003.0114>

DICIONÁRIO ONLINE CALDAS AULETE. Disponível em: <https://www.aulete.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ELIA, S. E. **O problema da Língua Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

FERNANDES, G. Primeiras descrições das línguas africanas em Língua Portuguesa. **Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, nº 49, p. 43-67, 2015. DOI <https://doi.org/10.18364/rc.v1i49.88>

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GUISAN, P. O paradigma da língua na formação do nacionalismo brasileiro. In: SAVEDRA, M. *et al.* (org.). **Identidade social e contato linguístico no português brasileiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ; EDUERJ, 2015. p. 225-250.

HOLM, J. **Pidgins and Creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

KOERNER, K. The Natural Science Impact on Linguistic Theory. In: KOERNER, K. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995. DOI <https://doi.org/10.1075/sihols.79>

LUCCHESI, D. Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista? **Grial (Vigo) – Galícia**, p. 86-95, 2011.

LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**, v. 4, p. 45-65, 2012.

LUCCHESI, D. Introdução: língua e sociedade partidas. *In*: LUCCHESI, D. **Língua e Sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015. p. 1-35.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELO, G. C. **A Língua do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975[1946].

MENDONÇA, R. **O Português do Brasil**: origem, evolução e tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MENDONÇA, R. **A influência africana no Português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012[1935].

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Morfologia de Flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8., p. 55-82, 2010. DOI <https://doi.org/10.22481/el.v8i1.1116>

PETTER, M. M. T.; ARAÚJO, P. J. P. Linguística africana: passado e presente. *In*: PETTER, M. M. T. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 221-250.

PICKERING, W. A. A influência de Darwin na teoria linguística como um prelúdio às abordagens “evolucionárias” no século XXI. **Teoria, Análise e Aplicações**, v. 6, p. 105-124, 2011.

RAMOS, H. C. **Por uma vida melhor** [Coleção Viver, aprender]. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2009.

ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. **Confluência**, n. 56, v.1, p. 55-113, 2019. DOI <https://doi.org/10.18364/rc.v1i56.315>

SCHERRE, M. **Doa-se lindos filhotes de poodle** – Variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SCHWARCZ, L. Teorias raciais. *In*: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (org.). **Dicionário Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 403-409.

SILVA, W. S. **Linguística Histórica no Brasil (1950-1990)**: estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística no português brasileiro. 2016. 244f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, W. S.; NEGRÃO, E. V. Sobre a gênese dos crioulos e a história do português brasileiro: revisitando Serafim da Silva Neto. *In*: COELHO, O. F. (org.). **Historiografia Linguística no Brasil (1993-2018) – Memórias, Estudos**. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 81-101.

SILVA NETO, S. **A Língua Portuguesa no Brasil**: problemas. Lisboa: Acadêmica, 1960.

SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e da Cultura, 1963[1950].

THOMASON, S.; KAUFMAN, G. **Language contact, creolization, and genetic linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988. DOI <https://doi.org/10.1525/9780520912793>

VALENTE, S. “Hagamos mundo nuevo aquí”: O negro e o vilão em dois textos de Gil Vicente. **Portuguese Cultural Studies**, v. 7, Issue 2 Literatura Colonial e Pós-Colonial Portuguesa, p. 4-17, 2021.